



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

**Clipping – Cuiabá/MT, 25 de abril a 02 de maio 2011.**

Notícias / Ciência & Saúde

02/05/2011 - 11:16

## **Ministério da Saúde regulamenta Cartão Nacional de Saúde**

*Da Assessoria*

Portaria publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (02) regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde, uma base de dados nacional que permite a identificação dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de um número único válido em todo o território nacional. O objetivo é construir um registro eletrônico que permita aos cidadãos, aos gestores e profissionais de saúde acessar o histórico de atendimentos dos usuários no SUS.

Com o Sistema, será possível, por exemplo, saber a participação de uma determinada pessoa em campanhas de vacinação, se ela foi atendida em um posto de saúde ou se fez exames e cirurgias. É importante destacar que as pessoas que não possuem o Cartão Nacional de Saúde não serão impedidas de receber atendimento em qualquer estabelecimento público de saúde.

O Ministério da Saúde será responsável por desenvolver as bases de dados do Sistema Cartão e oferecê-las a todas as unidades públicas de saúde. Também fará a manutenção e o gerenciamento do banco de dados e prestará cooperação técnica aos gestores locais no processo de cadastramento dos usuários do SUS.

A meta é implantar o registro eletrônico de saúde em todos os municípios brasileiros até 2014. Ao todo, deverão ser emitidos 200 milhões de cartões, nos próximos três anos, numa ação em conjunto com estados e municípios.

De acordo com a portaria, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde que já possuem algum tipo de sistema integrado de registro de dados em saúde terão um ano para emitir e distribuir os novos cartões. Com o formato de um cartão de crédito, ele trará uma etiqueta com dados pessoais do usuário e um número, fornecido pelo Ministério da Saúde.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

**CADASTRAMENTO** - Os usuários do SUS deverão fornecer o endereço do domicílio permanente, independentemente do município em que esteja no momento do cadastramento ou do atendimento. No caso de brasileiros residentes no exterior e estrangeiros não residentes no Brasil que busquem atendimento no SUS, deverá ser registrado como endereço de domicílio permanente apenas o país e a cidade de residência.

**GESTÃO MODERNA** - Para Odorico Monteiro, secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, o novo sistema é uma das prioridades para modernizar a gestão do SUS. “A regulamentação [do Cartão] é um importante passo para organizar as ações e os serviços de saúde oferecidos no país, fortalecendo a garantia de acesso à atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde”.

Segundo o secretário, o uso adequado das informações do Sistema vai aprimorar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de atenção à saúde da população. “A partir desses dados, os gestores locais poderão construir ferramentas e indicadores que poderão interferir diretamente na tomadas de decisão em relação às ações de saúde como um todo, seja na vigilância epidemiológica, na organização da atenção básica ou dos leitos hospitalares, entre outras. “Para o gestor, será uma espécie de bússola, de carta de navegação”, explica.

Para viabilizar a primeira versão do registro eletrônico de saúde, o Ministério e o município de São Paulo firmaram um acordo de cooperação tecnológica, com base no estudo de caso do SIGA – sistema de informação em saúde utilizado na capital paulista –, software desenvolvido a partir do SISREG (Sistema de Regulação) do Ministério da Saúde.

**REGISTRO ONLINE** - Além de identificar os usuários do SUS, o cartão servirá de base para que o próprio cidadão acompanhe seu histórico de consultas médicas. O Portal de Saúde do Cidadão permitirá - em área restrita ao usuário - acesso aos dados cadastrais, atendimentos por meio do SUS e informações sobre a rede pública de serviços de saúde. O Portal, que deverá ser lançado no segundo semestre deste ano, terá

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

ainda uma área de acesso público, com informações em saúde, campanhas e notícias sobre o SUS.

Todas as informações dos usuários terão garantia de segurança tecnológica para que não seja violado o direito constitucional à intimidade, à vida privada, à integralidade das informações e à confidencialidade dos dados. “Os profissionais e gestores de saúde terão seus acessos registrados no Sistema e, caso exista alguma conduta antiética ou imprópria no manuseio do sistema, os envolvidos poderão ser penalizados”, acrescenta o secretário Odorico Monteiro.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Ministerio\\_da\\_Saude\\_regulamenta\\_Cartao\\_Nacional\\_de\\_Saude&edt=34&id=174641](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Ministerio_da_Saude_regulamenta_Cartao_Nacional_de_Saude&edt=34&id=174641)

Notícias / **Ciência & Saúde**

02/05/2011 - 09:01

## **Taques e Valtenir discutem com Funai sobre morte de indígenas**

*Da Redação - PA*

O deputado federal Valtenir Pereira (PSB) e o senador Pedro Taques (PDT) vão se reunir nesta semana com a direção da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério da Saúde. Os encontros são para buscar um espaço adequado, a Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai) em Campinápolis, cidade da região do Araguaia que tem 6 mil índios.

Silvano Xavante, que acompanha a mulher com filho em tratamento em um espaço provisório, diz que até no Dia do Índio houve morte de um adolescente na aldeia São Pedro, no município. Ele reclama que em muitos casos, a casa provisória “até parece presídio, porque os acompanhantes e os que estão na casa não podem sair para rua”.

“Ouvi comentário de que um plano anterior tinha recurso de um milhão no ano passado para a casa de saúde. Cadê o dinheiro?”.

O deputado federal Valtenir visitou no sábado (30) à tarde as instalações provisórias para onde foram transferidos índios no município após as mortes. Ele também reuniu-se com o prefeito para tratar de investimentos na cidade e com dirigentes partidários para organização da sigla no município.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

“O hospital municipal era uma unidade improvisada e instalações velhas e inadequadas. Vamos fazer visita na Funai, falei com o senador Pedro Taques e vamos juntos desenvolver ações”.

Segundo o prefeito Altino Filho, “há surto grande de morte de índios e isso pode aumentar”. “Existe um período de início de chuva que aumenta a morte”, diz. Ele afirma que a solução definitiva tem sido protelado. “Temos projeto, terreno para área da Casai desde 2006. Decretamos situação de emergência. O grito para autoridades do governo estadual e federal é de socorro”. *As informações são da assessoria*

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Taques e Valtenir discutem com Funai sobre morte de indigenas&edt=34&id=174611](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Taques_e_Valtenir_discutem_com_Funai_sobre_morte_de_indigenas&edt=34&id=174611)

Notícias / Ciência & Saúde

02/05/2011 - 02:13

## Saúde vacinou 6,4 milhões contra a gripe neste sábado

GI

Mais de 6,4 milhões de pessoas foram vacinadas neste sábado (30) contra a gripe em todo o país, segundo balanço divulgado pelo Ministério da Saúde. O número corresponde a quase 22% da meta estabelecida pelo ministério para este ano, que é de cerca de 24 milhões de pessoas.

A campanha nacional de vacinação foi aberta na última segunda-feira (25) e vai até o dia 13 de maio. Devem receber a vacina idosos, índios, gestantes, crianças com idade entre 6 meses e 2 anos, além de trabalhadores de saúde.

A vacina só não deve ser aplicada em pessoas com alergia a ovo de galinha e portadores de doença neurológica. Quem estiver com febre deve adiar a vacinação.

Neste sábado, "dia D" da vacinação, 65 mil postos de saúde ficaram abertos em todo o país. Até o dia 13 de maio, 33 mil postos estarão abertos diariamente para vacinação. As pessoas devem procurar a secretaria de saúde do seu município ou estado para se informar sobre endereços e horários de funcionamento dos postos.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude vacinou 64 milhoes contra a gripe neste sabado&edt=34&id=174566](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude_vacinou_64_milhoes_contra_a_gripe_neste_sabado&edt=34&id=174566)

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Notícias / **Ciência & Saúde**

30/04/2011 - 11:38

## **Usuário do SUS terá novos serviços odontológicos**

*Secom/BR*

Ministério da Saúde incluiu implantes e aparelhos ortodônticos no Programa Brasil Sorridente. Oferta depende da organização dos estados e municípios.

Dois novos procedimentos de tratamento odontológico foram incluídos na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). Ortodontia e implante dentário serão oferecidos pelo Programa Brasil Sorridente, do Ministério da Saúde. A oferta dependerá da organização das secretarias estaduais e municipais de Saúde, que ficam responsáveis pela oferta dos serviços e expansão da iniciativa na região.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (SB Brasil 2010), 35% da população brasileira possui alguma disfunção que necessita de tratamento ortodôntico. “Esses novos tratamentos serão ofertados, na medida em que os serviços forem sendo implantados nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). As Equipes de Saúde Bucal (ESB) farão a busca e a identificação dos casos prioritários, que serão encaminhados aos CEO’s para realizarem os tratamentos indicados”, explica o coordenador de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca.

Somente em 2010, o Programa Brasil Sorridente investiu R\$ 710 milhões em ações de saúde bucal. Com a inclusão dos novos procedimentos, a previsão de investimento total para 2011 é de um acréscimo de R\$ 134 milhões. Atualmente, são mais de 20,4 mil equipes presentes em 4.829 municípios brasileiros. Depois de avaliados, os pacientes que tiverem necessidade de implante ou aparelho ortodôntico são encaminhados para algum dos 853 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em funcionamento em todos os 26 estados e no Distrito Federal.

Por meio dessa ação, o governo federal ampliará a assistência em saúde bucal para mais 1,15 milhão de brasileiros em 2011 (um milhão de atendimentos de ortodontia e 150 mil atendimentos de implantes). Em 2010, foram realizados 25 milhões de atendimentos nos

---

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

CEOs. Esses centros já realizam procedimentos como canal, tratamento de gengiva, cirurgias orais menores, exames para detectar câncer bucal e intervenções estéticas.

Os recursos para a inclusão dos novos tratamentos no Programa Brasil Sorridente serão repassados diretamente pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para as secretarias estaduais e municipais de saúde, responsáveis pela gestão dos CEO's. Os pagamentos serão liberados de acordo com a produção apresentada pelo município.

Programa – Lançado em 2004 pelo Ministério da Saúde, o Programa Brasil Sorridente está inserido na Estratégia Saúde da Família (ESF) e tem como objetivo garantir as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros.

O aumento da oferta de serviços públicos de saúde bucal e de ações preventivas poupou a extração de 400 mil dentes por ano no País. A segunda Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (SB Brasil 2010) constatou, para a população adulta, redução de 30% no número de dentes cariados, queda de 45% no número de dentes perdidos por cárie, além do aumento de 70% no número de dentes tratados, entre 2003 e 2010. O estudo também revelou crescimento de 57% nos atendimentos odontológicos no SUS.

Os indicadores da SB Brasil 2010 ajudaram o Brasil a ser classificado (segundo os parâmetros da Organização Mundial de Saúde) como país com baixa prevalência de cárie. A proporção de crianças livres de cárie aos 12 anos cresceu de 31% para 44%. Isso significa que 1,4 milhão de crianças não tem nenhum dente cariado atualmente — 30% a mais que em 2003.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Usuario\\_do\\_SUS\\_tera\\_novos\\_servicos\\_odontologicos\\_por\\_Secom\\_em&edt=34&id=174366](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Usuario_do_SUS_tera_novos_servicos_odontologicos_por_Secom_em&edt=34&id=174366)

Notícias / Ciência & Saúde

29/04/2011 - 14:33

## **Henry lança edital para gerir Hospital de Rondonópolis e já terceiriza dois**

*De Sinop - Alexandre Alves*

A Secretaria de Estado de Saúde, por meio do secretário Pedro Henry, publicou hoje, no Diário Oficial do Estado, o “chamamento público” para as Organizações Sociais (OS) interessadas em gerir o Hospital Regional de Rondonópolis, para que apresentem

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

propostas. Os envelopes deverão ser entregues no dia 19 e, no dia seguinte, abertos pela comissão.

Será o segundo hospital a ser administrado por OS em Mato Grosso. Ontem, foi assinado o contrato de R\$ 31.3 milhões anuais para uma organização do Estado do Pernambuco abrir e comandar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande. Além disso, a Secretaria repassou mais R\$ 6 milhões para a compra de equipamentos.

Também está na lista de Pedro Henry que uma OS coloque em funcionamento e administre o Hospital Municipal de Sinop. Ele já anunciou que quer a unidade em funcionamento até o final do ano. O Prédio foi construído entre 2002 e 2008, mas permanece fechado por falta de equipamentos e alguns ajustes – como elevador e grupo gerador de energia.

A “terceirização” da gestão dos hospitais em Mato Grosso tem sido criticada por setores da sociedade, como Conselho Regional de Medicina (CRM), Ministério Público Estadual (MPE), entre outras. Porém, Henry afirma que o sistema funciona e gera economia ao governo.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Henry\\_lanca\\_edital\\_para\\_gerir\\_Hospital\\_de\\_Rondonopolis\\_e\\_ja\\_terceiriza\\_dois&edt=34&id=174149](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Henry_lanca_edital_para_gerir_Hospital_de_Rondonopolis_e_ja_terceiriza_dois&edt=34&id=174149)

Notícias / Ciência & Saúde

28/04/2011 - 10:33

## **Sobe 5.000% gasto do governo com remédio via Justiça**

*Agencia Estado*

Os valores gastos pelo Ministério da Saúde para cumprir decisões judiciais que determinavam o fornecimento de medicamentos de alto custo aumentaram mais de 5.000% nos últimos seis anos. Foram gastos R\$ 2,24 milhões em 2005 contra R\$ 132,58 milhões em 2010. Segundo José Miguel do Nascimento Junior, diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do ministério, os valores gastos no ano passado representaram 1,8% do total do orçamento destinado ao departamento.

No ano passado, a União foi citada em cerca de 3,4 mil ações judiciais em busca de medicamentos. Em 2009 foram pelo menos 3,2 mil processos do gênero. Na maioria

---

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

dos casos, a Justiça determinou a entrega de medicamentos de alto custo - usados especialmente no tratamento oncológico ou de doenças raras.

Para o advogado Julius Conforti, que se dedica exclusivamente a ações judiciais na área médica e de saúde desde 2004, a judicialização é o efeito da ausência de medicamentos de ponta na lista das drogas cobertas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). "A judicialização da saúde não é um fenômeno que surgiu do nada, sem motivo algum. O grande problema é o déficit da atualização da listagem dos medicamentos de alto custo, especialmente os da área oncológica", diz. "E o governo se preocupa muito em tratar o efeito (as ações) em vez de se preocupar com a causa."

## Listagem

Para Conforti, se todos os medicamentos de última geração estivessem incluídos na listagem do SUS os custos seriam mais baixos, já que seria possível fazer compras maiores e negociar preços. "Se a judicialização causa uma desprogramação do orçamento, é preciso pensar em formas de resolver isso."

Nascimento, do Ministério da Saúde, diz que a lista do SUS é atualizada a cada dois anos e contempla vários medicamentos que possuem ações similares àqueles pedidos judicialmente. "O SUS não é uma farmácia privada. Nem mesmo as farmácias têm todos os medicamentos requisitados. Para um remédio ser incorporado à lista, o SUS leva em consideração segurança e custo efetivo. E ainda há muitos medicamentos usados para tratar doenças não descritas na bula." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Sobe\\_5000\\_gasto\\_do\\_governo\\_com\\_remedio\\_via\\_Justica&edt=34&id=173867](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Sobe_5000_gasto_do_governo_com_remedio_via_Justica&edt=34&id=173867)

Notícias / *Ciência & Saúde*

27/04/2011 - 20:13

**Força-tarefa vai avaliar por que 50% dos mamógrafos da rede pública de saúde funcionam abaixo da capacidade**

*Agência Brasil*

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

O Ministério da Saúde criou hoje (26) um grupo para avaliar o desempenho dos mamógrafos usados no Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a pasta, a rede pública dispõe de 1.645 aparelhos, porém mais da metade (50,87%) funcionam abaixo da capacidade prevista.

Segundo o ministério, o número total de mamógrafos é suficiente para atender à demanda do SUS, mas os equipamentos têm baixa produtividade. Os aparelhos são usados para fazer a mamografia, exame para diagnosticar o câncer de mama.

Caberá ao grupo checar se há irregularidades, a qualidade dos equipamentos e propor recomendações para melhorar o funcionamento. A força-tarefa, como foi intitulado o trabalho do grupo pelo ministério, terá dez dias para apresentar o plano de vistoria em 780 municípios e dois meses para entregar o relatório final.

A ação será coordenada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), com participação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

A auditoria dos mamógrafos é uma das ações do Plano Nacional de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e de Mama, lançado em 22 de março pela presidenta Dilma Rousseff.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Forca-tarefa vai avaliar por que 50 dos mamografos da rede publica de saude funcionam abaixo da capacidade&edt=34&id=173739](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Forca-tarefa+vai+avaliar+por+que+50+dos+mamografos+da+rede+publica+de+saude+funcionam+abaixo+da+capacidade&edt=34&id=173739)

Notícias / Ciência & Saúde

27/04/2011 - 15:19

## **Juíza bloqueia recursos de Colíder para remédios**

*De Sinop - Alexandre Alves*

A Segunda Vara de Feitos Gerais da Comarca de Colíder (650km a norte de Cuiabá) determinou o bloqueio de valores em conta do município, a fim de que seja retida quantia suficiente para a compra de medicamentos para tratamento médico de uma munícipe.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

A decisão, proferida pela juíza Anna Paula Gomes de Freitas, foi embasada no reiterado descumprimento da decisão judicial de antecipação de efeitos da tutela, que obrigara o município a prestar integral atendimento médico, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), à requerente, informa a assessoria do Tribunal de Justiça.

De acordo com a decisão liminar, o município deveria ter prestado integral atendimento médico à requerente no prazo de 48 horas, por meio da rede pública de saúde ou, caso inexistisse o tratamento necessário por este meio, que providenciasse o tratamento por rede privada, a expensas da municipalidade. Deveria, ainda, pagar multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento.

Conforme consta dos autos, o município manifestou-se pelo chamamento do Estado de Mato Grosso ao processo, buscando dividir as despesas do custeio do tratamento da requerente. A magistrada indeferiu o pedido da requerida devido, entre outras questões, ao baixo custo dos medicamentos pleiteados pela munícipe.

Segundo a magistrada, o bloqueio mostra-se necessário uma vez que a simples fixação de multa mostrou-se insuficiente para compelir o município de Colíder a cumprir a determinação judicial. “Não tomar tal providência seria o mesmo que deixar a autora ao livre arbítrio do requerido, que insiste em mostrar seu descaso para com seu dever constitucional”, afirmou a juíza.

O valor bloqueado inicialmente foi estipulado em R\$ 1 mil, uma vez que todas as informações de descumprimento referem-se ao fornecimento de medicamentos de baixo custo. Mas, caso seja necessário a compra de medicamentos com preços elevados, bem como sendo o valor bloqueado esgotado, a magistrada assinalou que nada impede a realização de novo bloqueio.

Em caso de urgência, será facultado à parte requerente adquirir o medicamento às suas expensas e, comprovando a necessidade do mesmo por intermédio de receita médica e a compra por intermédio de nota fiscal, poderá requerer o reembolso, que será realizado com o valor bloqueado.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Juiza bloqueia recursos de Colider para remedios&edt=34&id=173666>

Notícias / Ciência & Saúde

26/04/2011 - 21:45

## **Recursos do programa Saúde da Família estão suspensos em 345 municípios**

*Agência Brasil*

O repasse de recursos para o programa Saúde da Família de 345 municípios foi suspenso pelo Ministério da Saúde. O órgão identificou irregularidades no cadastramento de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde feito pelas secretarias municipais de Saúde

A suspensão das parcelas não causará prejuízo ao programa e permanecerá até que os municípios comprovem no Ministério da Saúde que as irregularidades foram corrigidas.

A suspensão do repasse foi publicada na edição de ontem (25) do Diário Oficial da União. Os municípios citados na portaria vão deixar de receber somente a parcela do incentivo correspondente às equipes que apresentaram irregularidades no cadastramento dos profissionais.

Atualmente, existem 31.974 equipes do Saúde da Família prestando atendimento em todo o país.

<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Recursos do programa Saude da Familia estao suspensos em 345 municipios&edt=34&id=173526>

Notícias / Ciência & Saúde

26/04/2011 - 19:23

## **Cuiabá tem 22% da sua população com hipertensão, aponta pesquisa**

*De Brasília - Vinícius Tavares*

Pesquisa do Ministério da Saúde aponta que Cuiabá tem 22% de hipertensos. Da população pesquisada com 18 anos ou mais, 25% das mulheres foram diagnosticadas com hipertensão, enquanto que o índice entre os homens chega a 19,2%.

Os dados foram divulgados em Brasília pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, nesta terça-feira (26), Dia Nacional da Prevenção e Controle da Hipertensão Arterial.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Entre as capitais, Cuiabá ocupa uma posição intermediária no que se refere ao índice de hipertensos.

De acordo com dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), a hipertensão foi a causa de mais de 40 mil óbitos entre 2000 e 2009. Para o ministro, o número pode ser ainda maior porque trata-se de uma doença em que o diagnóstico não é claro.

Alexandre Padilha explica que a incidência da doença atinge principalmente as pessoas com baixa renda e menor escolaridade. O índice aumenta também em pessoas com 55 anos ou mais.

Segundo a pesquisa, a doença atinge 60,2% das pessoas com 65 anos ou mais, enquanto alcança 8,2% de adultos entre 18 e 24 anos. Ainda conforme o levantamento, entre as pessoas com até oito anos de escolaridade, o índice da doença chega a 30% dos pesquisados. O índice reduz à medida aumenta o período dedicado aos estudos.

“O envelhecimento e a falta de atividades físicas, aliado a uma má alimentação são as principais causas de hipertensão no Brasil”, destacou Padilha.

Ações preventivas começam a ganhar forma no Ministério da Saúde. Entre as medidas anunciadas pelo ministro estão a criação de academias de saúde e a parceria com associações para a redução na quantidade de sal e sódio dos alimentos produzidos.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Cuiaba tem 22 da sua populacao com hipertensao aponta pesquisa&edt=34&id=173438](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Cuiaba+tem+22+da+sua+populacao+com+hipertensao+aponta+pesquisa&edt=34&id=173438)

Notícias / *Ciência & Saúde*

26/04/2011 - 19:15

## **Saúde abre processo para contratar médicos em Sorriso e Rondonópolis**

*De Sinop - Alexandre Alves*

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social



Foto: Olhar Direto

Para Hospital de Sorriso são 81 profissionais

A Secretaria de Estado de Saúde abriu dois processos seletivos simplificados para contratar 133 profissionais, para trabalharem nos hospitais regionais de Sorriso e Rondonópolis, na modalidade de contratos temporários, além de formação de cadastro de reserva.

Para Sorriso serão 81 contratados, sendo 19 médicos em diferentes especialidades (ortopedistas, pediatras, ginecologistas, intensivistas, cardiologista, radiologista, anesthesiologista, ultrassonografista, cirurgião vascular, neurocirurgião e cirurgião geral), oito enfermeiros, três farmacêuticos, um odontólogo, um fisioterapeuta, bem como 47 técnicos (enfermagem, radiologia e patologia), além de motorista e auxiliar de serviços ortopédicos.

Já para Rondonópolis são 52 profissionais, sendo que 23 são médicos (neurocirurgião, neurologista, trauma-ortopedista, oftalmologista, cirurgião geral, cirurgião vascular, otorrinolaringologista, infectologista, nefrologista), dois fisioterapeutas, um nutricionista e seis enfermeiros, além de 21 técnicos em radiologia, patologia e enfermagem.

A carga horária será de 30 horas semanais sujeita a cumprimento em regime de escala de plantão, conforme a necessidade e conveniência da unidade. A remuneração dos contratados temporariamente será correspondente ao nível e classe iniciais dos cargos e perfis profissionais, assim estabelecidos: nível superior R\$ 2.631; nível superior com especialização exigida no edital R\$ 3.683; técnicos R\$ 1.1 mil e, assistentes, R\$ 886.

---

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA  
CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT  
Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342  
E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

As inscrições deverão ser feitas nos hospitais dos dois municípios, entre 27 de abril e quatro de maio (para Rondonópolis) e seis de maio (para Sorriso), em horário comercial. A prova objetiva em Rondonópolis está marcada para o dia oito e, em Sorriso, dia 15.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude\\_abre\\_processo\\_para\\_contratar\\_medicos\\_em\\_Sorriso\\_e\\_Rondonopolis&edt=34&id=173435](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude_abre_processo_para_contratar_medicos_em_Sorriso_e_Rondonopolis&edt=34&id=173435)

Notícias / Ciência & Saúde

26/04/2011 - 11:08

## Hipertensão arterial atinge 23,3% dos brasileiros, diz ministério

GI

A hipertensão arterial atinge 23,3% dos brasileiros, segundo pesquisa divulgada nesta terça-feira (26) pelo Ministério da Saúde. A proporção de brasileiros diagnosticados com hipertensão arterial, de acordo com o levantamento, aumentou nos últimos cinco anos, passando de 21,6%, em 2006, para 23,3%, em 2010. Em relação ao ano passado, no entanto, o levantamento aponta recuo de 1,1 ponto percentual. Em 2009, a proporção foi de 24,4%.

Percentual de adultos com diagnóstico de hipertensão arterial

Rio de Janeiro 29,2

Belo Horizonte 25,5

Porto Alegre 25,5

João Pessoa 25,4

Recife 24,9

Vitória 24,5

Maceió 24,3

Campo Grande 23,5

Distrito Federal 23,1

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Curitiba 23,0

Rio Branco 23,0

São Paulo 22,9

Natal 22,1

Aracaju 22,0

Cuiabá 22,0

Goiânia 21,5

Salvador 21,2

Fortaleza 21,1

Teresina 21,0

Florianópolis 20,8

Macapá 19,4

Boa Vista 18,8

Porto Velho 18,3

Manaus 18,1

São Luís 18,0

Belém 17,5

Palmas 13,8

Fonte: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel).



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Os dados fazem parte da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel). Em 2010, foram entrevistados 54.339 adultos nas 26 capitais e no Distrito Federal.

Segundo o Ministério da Saúde, a pessoa é considerada hipertensa quando a pressão arterial é igual ou superior a 14 por 9. A doença é causada pelo aumento na contração das paredes das artérias para fazer o sangue circular pelo corpo. Esse movimento acaba sobrecarregando vários órgãos, como coração, rins e cérebro. Se a hipertensão não for tratada, pode causar entupimento de artérias, acidente vascular cerebral e infarto.

## Diagnóstico

De acordo com a pesquisa, o diagnóstico de hipertensão é maior em mulheres - 25,5% - do que em homens - 20,7%. Nos dois sexos, no entanto, o diagnóstico de hipertensão arterial se torna mais comum com a idade, alcançando cerca de 8% dos indivíduos entre os 18 e os 24 anos de idade e mais de 50% na faixa etária de 55 anos ou mais de idade.

Segundo o Ministério da Saúde, "o aumento das prevalências se deve ao maior acesso da população ao diagnóstico na atenção primária de saúde. E as mulheres procuram mais o diagnóstico na atenção básica, daí uma prevalência mais significativa entre elas".

O estudo aponta que a associação inversa entre nível de escolaridade e diagnóstico é mais marcada na população feminina: enquanto 34,8% das mulheres com até oito anos de escolaridade apresentam diagnóstico de hipertensão arterial, a mesma condição é observada em apenas 13,5% das mulheres com doze ou mais anos de escolaridade.

## Capitais

Entre as capitais, Palmas tem o menor percentual de adultos com diagnóstico de hipertensão, com 13,8%. O Rio de Janeiro tem o maior percentual - 29,2%. Entre os homens, as maiores frequências de hipertensão ocorrem no Distrito Federal (28,8%), Belo Horizonte (25,1%), e Recife (23,6%); e as menores, em Palmas (14,3%), Boa Vista (14,6%) e Manaus (15,3%).



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Entre mulheres, os maiores percentuais foram no Rio de Janeiro (33,9%), Porto Alegre (29,5%) e João Pessoa (28,7%); e os menores, em Palmas (13,2%), Belém (17,4%) e Distrito Federal (18,1%).

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Hipertensao arterial atinge 233 dos brasileiros diz ministerio&edt=34&id=173412](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Hipertensao%20arterial%20atinge%20233%20dos%20brasileiros%20diz%20ministerio&edt=34&id=173412)

Notícias / **Ciência & Saúde**

25/04/2011 - 12:20

## **Metade dos adultos em Cuiabá estão acima do peso, mostra uma pesquisa**

*De Brasília - Vinícius Tavares*



Foto: Reprodução

O percentual de pessoas com sobrepeso em Cuiabá chegou a 50% em 2010, enquanto em 2006, apenas 45 % estavam acima do peso ideal. No país, a proporção de adultos obesos subiu de 11,4 por cento para 15. O resultado faz parte do Vigitel, pesquisa feita pelo Ministério da Saúde para avaliar as condições de saúde da população.

Para o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério, Jarbas Barbosa, uma das medidas mais eficazes contra o sobrepeso é a informação. Segundo ele, a população precisa criar o hábito de se informar melhor sobre os alimentos consumidos.

"No caso da obesidade, a pessoa saber se informar, fazer a escolha adequada quando vai fazer a feira no supermercado", destacou o secretário.

O fenômeno da obesidade no Brasil ficou mais evidente de uns dez anos pra cá com o aumento da oferta de alimentos, a partir dos programas de combate à fome e devido ao fácil acesso da população de baixa renda a alimentos como açúcares e gorduras.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

De acordo com Jarbas Barbosa, a melhoria dos padrões sociais no Brasil tem propiciado um maior acesso aos bens de consumo.

“A instrução pode fazer com que, ao invés de adquirir alimentos que não tem nenhum valor nutricional mais que engordam, as pessoas possam adquirir mais frutas e legumes”, explica o secretário.

A pesquisa revelou ainda que apenas 18% dos brasileiros adultos consomem a quantidade recomendada de frutas e hortaliças pela Organização Mundial de Saúde, que é de quatro porções ao dia.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Metade dos adultos em Cuiabá a estão acima do peso mostra uma pesquisa&edt=34&id=173116](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Metade%20dos%20adultos%20em%20Cuiab%C3%A1%20a%20est%C3%A3o%20acima%20do%20peso%20mostra%20uma%20pesquisa&edt=34&id=173116)

Notícias / Ciência & Saúde

24/04/2011 - 00:05

## **Ameaça de superbactérias é problema sério de saúde pública**

*Terra*

Há cerca de duas semanas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que a incidência de infecções por superbactérias resistentes a drogas atingiu níveis sem precedentes em todo o planeta. O sério problema já ameaça criar um cenário de proliferação de infecções incuráveis, e no Brasil as consequências desta realidade já começam a ser sentidas.

Segundo o chefe da área de infectologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor Francisco Hideo Aoki, a mobilidade de pessoas por todo o mundo hoje põe em risco os países, e uma vigilância preventiva seria necessária - além das medidas de bloqueio, ações simples como lavar as mãos podem ajudar muito no combate ao avanço desses organismos.

"Possibilidade há (de epidemias globais), com o fenômeno da globalização e com as pessoas cruzando o mundo em 24 horas no máximo", diz Aoki. "Por enquanto, não há antibióticos para tratamento destas infecções. E como por enquanto estes processos infecciosos estão restritos, é preciso ter uma vigilância muito grande de ordem

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

epidemiológica para contenção do espalhamento destas bactérias pelo planeta. E pode, sim, ser um problema sério de saúde pública", afirma.

Em 2010, a superbactéria *Klebsiella pneumoniae carbapenemase* (KPC) causou medo no Brasil após infecções em hospitais espalhados pelo país. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) reforçou o controle sobre receitas médicas de antibióticos, na tentativa de conter o avanço da KPC.

Segundo Aoki, essa superbactéria parece estar atualmente sob controle. "A situação está aparentemente melhor, com as vigilâncias das Comissões de Controle de Infecção Hospitalar locais", diz o médico.

Porém casos de infecções por superbactérias continuam nos noticiários. Na última semana, o Ministério Público (MP) de Alagoas instaurou inquérito civil para apurar mortes no Hospital Universitário (HU) supostamente ligadas a infecções provocadas pela superbactéria *Acinetobacter baumannii*.

Outra superbactéria que causa de preocupação mundial é a NDM-1. Ela chegou ao Reino Unido vinda de Nova Délhi (Índia) em 2010.

"A NDM-1, cujo nome é Nova Délhi Metalolactamase-1, é um grupo de bactérias que desenvolveram resistência a antibióticos avançados, que tem na sua conformação molecular o anel betalactâmico, e esta enzima a NDM-1 age contra este anel, resumidamente produzindo resistência a este antimicrobiano", falou Aoki.

O professor afirma que infecções causadas por esta bactéria podem atingir qualquer parte do corpo do ser humano e são de difícil tratamento com os antimicrobianos existentes. "Dada a intensa resistência que têm aos antibióticos, as possibilidades de tratamento ficam muito reduzidas se não forem controladas ou se não se houver uma combinação de antimicrobianos", explica.

Segundo a OMS, a cada ano mais de 25 mil pessoas morrem na União Europeia em decorrência de infecções de bactérias que driblam até mesmo antibióticos recém-



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

lançados. Para a organização, a situação chegou a um ponto crítico em que é necessário um esforço conjunto urgente para produzir novos medicamentos.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Ameaca de superbacterias e problema serio de saude publica&edt=34&id=172962](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Ameaca_de_superbacterias_e_problema_serio_de_saude_publica&edt=34&id=172962)

Notícias / Ciência & Saúde

22/04/2011 - 17:46

## Saúde 'lucra' R\$ 2,5 mi por mês com demissão de 500

Da Redação - Pollyana Araújo

O corte de 500 servidores terceirizados da Secretaria de Saúde do Estado resultou numa economia de cerca de R\$ 2,5 milhões mensais aos cofres do Estado. A redução foi anunciada com “louvor” pelo secretário da pasta, Pedro Henry, que tenta ignorar as críticas a respeito das medidas polêmicas que tem tomado à frente do cargo.

Ao mesmo tempo em que afirma que não é do seu feitio demitir funcionários, o secretário é ríspido ao garantir que a redução de pessoal não fez diferença. “Os que foram não fizeram falta”, frisou. As exonerações foram uma das primeiras promessas de Henry logo que tomou posse na SES.

Ele assegura, no entanto, que a ideia é valorizar os servidores que exercem suas funções corretamente, e esse reconhecimento será dado assim que colocar a “casa em ordem”. “Estamos nos equilibrando, nos ajustando”, disse.

Deputado federal licenciado, Henry assumiu a Saúde em janeiro deste ano em meio à forte resistência, principalmente da classe médica, em razão de alguns projetos, como a concessão da administração das unidades regionais às Organizações Sociais (OSs).

O argumento para a privatização é de que o sistema público de Saúde está falido e restou comprovado, segundo ele, que não consegue atender a demanda. A tese, porém, não convenceu os médicos que estão com as atividades paralisadas desde o dia 10 de março.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude lucra R 25 mi por mes com demissao de 500&edt=34&id=172789](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude_lucra_R_25_mi_por_mes_com_demissao_de_500&edt=34&id=172789)

Notícias / Ciência & Saúde

20/04/2011 - 04:04

## Saúde implanta modelo de gestão da saúde indígena que dá autonomia a distritos sanitários

Agência Brasil

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou hoje (19) a autonomia de gestão de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei), unidades responsáveis pela administração dos serviços de saúde prestados aos povos indígenas brasileiros.

A medida permite que cada unidade realize licitações e compras emergenciais para alimentação, combustível e manutenção de equipamentos. Até então, era preciso aguardar a movimentação de superintendências regionais da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), localizadas apenas nas capitais do país.

“O território, às vezes, ultrapassa o município e o estado e, por isso, tem que ter um gestor com características diferentes”, disse Padilha. “A partir de hoje, quem cuida de saúde indígena é o Ministério da Saúde”, completou. A ideia, de acordo com a pasta, é tentar garantir um atendimento mais rápido às necessidades locais das populações.

Para o representante da Comissão Nacional de Políticas Indígenas, Lindomar Xokó, o anúncio da autonomia dos Dsei representa um avanço na saúde indígena. Ele explicou que a maioria das tribos, atualmente, conta com postos ou pólos de saúde, mas as equipes que realizam trabalho preventivo, por exemplo, permanecem nas cidades.

“A situação é caótica. Queremos a execução direta, do ministério ao distrito”, afirmou. “O Dia do Índio [comemorado hoje (19)], para a gente, é todo dia. Precisamos trabalhar melhor nas escolas para trazer esse reconhecimento não só hoje, mas todos os dias”, concluiu.

A pasta anunciou ainda a prorrogação, até 31 de dezembro, da transição das ações de atenção primária à saúde indígena da Funasa para o ministério. O decreto que criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena, em outubro de 2010, havia estabelecido um prazo de 180 dias para a conclusão do processo.

Segundo o ministro, a medida foi necessária para finalizar a concorrência pública para prestação de serviços e a celebração de novos convênios. “Temos contratos que ainda existem e que têm prazos maiores. Não é possível romper”, explicou.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Saude implanta modelo de gestao da saude indigena que da autonomia a distritos sanitarios&edt=34&id=172320>

Notícias / Cidades

24/04/2011 - 18:03

## **Barra do Garças é considerada uma das mais violentas no trânsito de MT**

*De Barra do Garças - Ronaldo Couto*



Foto: Tv Serra Azul  
meses

*Detran promove blitz e ignora cruzamento sem semáforo há quatro*

Mato Grosso é 4º estado com maior número de acidentes no país e o município de Barra do Garças lidera o ranking de trânsito mais violento do Estado. Para mudar essa realidade, a 3ª Ciretran promoveu uma blitz educativa para alertar os motoristas sobre altos níveis de acidentes no município.

Mesmo com os investimentos recentes de R\$ 1 milhão em câmeras e novos semáforos, Barra do Garças mantém uma média de três acidentes por dia. Cerca de 90 acidentes por mês. Para uma cidade com uma frota de 16 mil veículos, esse número é considerado muito alto.

O departamento de trânsito aposta na educação dos condutores e desencadeou uma campanha pelas principais ruas e avenidas do município. Foram distribuídos panfletos e adesivos com orientações básicas aos motoristas. A blitz permaneceu por horas na avenida Gabriel Ferreira esquina com a perimetral Antônio Joaquim alertando os condutores de veículos.

“Essa é uma blitz de cunho orientativo e não de fiscalização”, disse o Sargento Batista, que esteve à frente da operação. O coordenador de Educação para o Trânsito da Ciretran, João Felix, pediu atenção dos motoristas para usarem cinto de segurança, a cadeirinha para os bebês e evitarem o uso de bebida alcoólica.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

## OMISSÃO

Mesmo com a campanha educativa, a Ciretran "virou as costas" para um problema sério de omissão no trânsito barra-garcense. Há quatro meses, está com defeito o semáforo da Avenida João Alberto com a Carlos Gomes, contribuindo para o risco de mais acidentes na cidade. Ninguém fala sobre o assunto, mesmo porque a obrigação em consertá-lo é da prefeitura.

O semáforo foi danificado antes do Natal por uma carreta-cegonha. A prefeitura entrou na Justiça contra empresa fornecedora do equipamento. Porém, o cruzamento permanecem sem sinaleiro. Moradores protestaram colocando alguns pneus, mas mesmo assim a omissão permanece em arrumar o equipamento.

Já ocorreram vários acidentes no local, inclusive uma professora ficou com sequelas por causa deste cruzamento.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Barra do Garcas e considerada a uma das mais violentas no transito de MT&edt=25&id=172858](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Barra_do_Garcas_e_considerada_uma_das_mais_violentas_no_transito_de_MT&edt=25&id=172858)

Notícias / Cidades

27/04/2011 - 18:35

### **Remédios não vencidos e com tarjas do ministério são achados na lixeira**

*De Rondonópolis - Dayane Pozzer*



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social



Foto: Dayane Pozzer/OD

Medicamentos com tarjas do Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde foram encontrados dentro de uma lixeira na Avenida Bandeirantes, no Centro de Rondonópolis. Os produtos foram vistos dentro de um saco de lixo por uma equipe da **TV Rondon, afiliada SBT**, nesta segunda-feira (26).

Dentro do saco, que estava rasgado, havia medicamentos como metformina 425 mg, afopic 5 mg e hidrocortisona. Tanto a metformina quanto a afopic já estavam vencidos, sendo que o último é medicamento controlado. A hidrocortisona ainda não estava vencida, o medicamento poderia ser usado até setembro deste ano.

De acordo com o vereador Mohamed Zaher (PR), que preside a Comissão de Saúde, Assistência Social, Cidadania e Diretos da Câmara Municipal de Vereadores, ainda não há informações se os remédios são da prefeitura ou de algum outro órgão, mas as tarjas indicam que são públicos. Também não há, ainda, informações precisas sobre a quantidade encontrada.

Mesmo que fossem vencidos, o descarte foi inadequado, já que esse tipo de produto deve ser recolhido por empresa especializada e levado para incineração. “É um perigo

---

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

para a população, principalmente para as crianças, e pode contaminar o solo”, ressaltou o parlamentar.

A reportagem do **Olhar Direto** entrou em contato com o secretário de Saúde Valdecir Feltrin, mas seu celular encontra-se na caixa postal. O vereador Milton Gomes da Costa (PMDB), líder do prefeito na Câmara, está aguardando uma resposta de outra responsável da Secretaria de Saúde. "Enviei mensagens para ela e estou aguardando a resposta. Até o final da tarde vamos informar", disse.

A Comissão de Saúde vai acompanhar a investigação sobre o fato. “Eu acho que o Conselho Municipal de Saúde deveria publicar uma nota de repúdio”, pontuou Mohamed.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Remedios\\_ao\\_vencidos\\_e\\_com\\_tarjas\\_do\\_ministerio\\_sao\\_achados\\_na\\_lixeira&edt=25&id=173751](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Remedios_ao_vencidos_e_com_tarjas_do_ministerio_sao_achados_na_lixeira&edt=25&id=173751)

## POLÍTICA / SOLUÇÃO POLÊMICA

02.05.11 | 14h35 - Atualizado em 02.05.11 | 14h38

## Zaeli estuda fechar postos de saúde de Várzea Grande

**Ideia é economizar recursos e transferir profissionais para outras policlínicas e pronto socorro**

---

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Secom/VG



Proposta deve gerar discussões na Câmara Municipal da cidade industrial

RAFAEL COSTA  
DA REDAÇÃO

O prefeito de Várzea Grande, Sebastião dos Reis Gonçalves, o Tião da Zaeli (PR) afirmou que estuda a possibilidade de fechar oito unidades de posto de saúde para conter gastos. A ideia é investir mais dinheiro no Pronto Socorro, responsável pelo atendimento de urgência e emergência, e nas policlínicas do município.

"É melhor investir numa policlínica para mantê-la em funcionamento 24 horas e na ampliação da estrutura do Pronto Socorro do que investir em postos de saúde. Tem alguns que estão localizados ao lado ou próximos de policlínicas. É um investimento que chega a ser desnecessário. É melhor transferir estes profissionais para policlínicas e o pronto socorro", afirmou Zaeli após cerimônia de posse de 12 secretários na manhã desta segunda-feira (2).

Os postos de saúde estão localizados nos bairros mais carentes e são responsáveis por consultas médicas e fornecimento de remédios aos moradores. Zaeli promete acionar sua equipe administrativa para verificar a viabilidade da proposta. "Nossa decisão será tomada com base em dados. Não faremos loucura", ponderou.

A medida administrativa já começa a provocar polêmica no meio dos vereadores que estão dispostos a aprofundar mais a discussão. "Não fomos comunicados de nada. A Câmara de Várzea Grande tem a obrigação de averiguar essa situação que vai gerar forte impacto na vida das pessoas mais carentes", disse o vereador Chico Curvo (DEM).

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Várzea Grande recebe mensalmente R\$ 1,2 milhão de repasse do Estado para aplicação na saúde pública. Porém, Zaeli considera o setor um dos mais críticos do município e reivindicou junto ao secretário de Estado de saúde, Pedro Henry, acréscimo de R\$ 400 mil nos próximos dois meses. O Estado, por sua vez, ainda não deu resposta ao republicano. "Estamos buscando essa parceria com o Estado para socorrer a saúde que enfrenta graves problemas estruturais".

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=1&idnot=49325>

## POLÍTICA / 2 TONELADAS NO LIXO

01.05.11 | 10h45 - Atualizado em 01.05.11 | 12h08

# Assembléia quer explicações sobre queima de remédios

**Percival Muniz apresentou requerimento na semana passada para saber detalhes do descarte**

MidiaNews



Pedro Henry ao anunciar queima de medicamento se mostrou revoltado

**BRUNO GARCIA  
DA REDAÇÃO**

O deputado estadual Percival Muniz (PPS) apresentou um requerimento, nesta quinta-feira (28), cobrando explicações por parte do secretário de Saúde, deputado federal licenciado Pedro Henry (PP), quanto ao descarte de duas toneladas de medicamentos que estão com validade vencida.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

"Isso é uma sangria e temos que saber quem são os criminosos que estão por trás disso aí", disparou o parlamentar. O requerimento também solicitará todos os editais e procedimento de licitação dos medicamentos que serão incinerados. O pedido necessita ser endossado pelos parlamentares.

O parlamentar criticou ainda os gastos do Governo para o descarte do medicamento vencido, onde o Estado irá abrir um procedimento de licitação para contratar uma empresa, para enviar estes medicamentos para Minas Gerais, onde serão submetidos a incineração. "Isso é um absurdo ainda maior", declarou.

Percival Muniz cobrou uma resposta de Pedro Henry sobre quais procedimentos da Secretaria tomará para coibir esse tipo de situação e evitar com que isso aconteça novamente. "Se está se queimando 2 toneladas na Capital, imagina no interior o quanto medicamento está sendo queimado", disse.

O deputado estadual Emanuel Pinheiro (PR) criticou a falta de remédio no sistema público de Saúde, afirmando que isso trata-se de irresponsabilidade da gestão pública. "Está faltando dipirona no sistema de Saúde e se queima 2 toneladas de remédios. Isso é prejuízo ao Poder Público", disparou.

O parlamentar Luiz Marinho (PTB), pediu que fosse incluído no requerimento que a Secretaria de Saúde repasse a Assembleia Legislativa qual o planejamento utilizado pela pasta para a distribuição dos medicamentos. "É um contrasenso faltar medicamento e se queimar 2 toneladas por estarem vencidos. Pura falta de planejamento, precisamos saber como é feita essa distribuição", declarou.

O medicamento vencido está armazenado no almoxarifado da Central de Assistência Farmacêutica (CAF) e deveria ser entregue aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A descoberta destes medicamentos com validade vencida veio à tona pouco mais de dois meses. O relatório da Central de Assistência Farmacêutica (CAF) foi encaminhado a Auditoria Geral do Estado (AGE) para verificar a eventual responsabilidade de servidores.

<http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=1&idnot=48957>

[Saúde Pública](#) | 02/05/2011 - 11:19

## Henry reclama de cartéis e pede paciência para população de MT

**Patrícia Sanches**

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

O secretário estadual de Saúde Pedro Henry (PP) reclamou da interferência negativa de lideranças políticas, da classe médica e até mesmo de “cartéis” que impediram a implementação do novo modelo de gestão em um tempo rápido. “Isso incomoda muita gente, cartéis e traz muitas dificuldades”, pondera, em entrevista ao **RDTV**. Diante da situação, Henry pediu que a população tenha paciência, porque após a implementação das OSS o sistema de saúde deve ser mais eficiente.

Apesar de frisar que está tendo todo o apoio do governador Silval Barbosa (PMDB) para a implementação do sistema nos hospitais regionais, bem como nas unidades a serem estadualizadas, Henry diz não estar a vontade. Ele pondera que ainda há uma grande insegurança por parte da população e que hoje o sistema é avaliado como ruim por cerca de 85% dos mato-grossenses. “Isso ocorre porque o sistema está ineficiente e inoperante”, ressalta o secretário.

A ideia é implementar o novo sistema em pelo menos 20 unidades de saúde, em pontos estratégicos. O projeto-piloto ocorre no Hospital Metropolitano, em Várzea Grande, mas já será estendido o Regional, de Rondonópolis, onde a situação é caótica. No início, a proposta foi bastante criticada, mas Henry acredita que tanto os deputados, quanto os profissionais da saúde e até mesmo a população começam a aprovar a medida.

Ele argumenta que pelo novo modelo, o Estado não perde e sim transfere o patrimônio público para a Organização Social e que os médicos não têm qualquer prejuízo profissional. Pondera que as leis vigentes acabam engessando o sistema. “Perdendo a flexibilidade e competitividade”. Assim, por meio da nova gestão os recursos são geridos com maior efetividade, prestando um serviço melhor à sociedade.

Veja *aqui* a íntegra do RDTV

<http://www.rdnews.com.br/blog/post/henry-reclama-de-carteis-e-pede-paciencia-para-populacao-de-mt>

[Saúde Pública](#) | 01/05/2011 - 10:00

## Justiça bloqueia R\$ 33 mil de Estado para compra de remédios

**Patrícia Sanches**

A Justiça bloqueou R\$ 33,6 mil da secretaria estadual de Saúde, sob Pedro Henry, para garantir a compra de medicamentos para uma paciente de Poxoréu. A medida teve que ser tomada depois que a pasta desrespeitou a decisão da juíza Renata do Carmo Evaristo, que havia deferido liminar interposta pela Defensoria Pública. “Apesar dos

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

esforços empreendidos pela Defensoria, o Estado não cumpre as ordens judiciais e o fornecimento do tratamento de uma obrigação que lhe cabe constitucionalmente”, pondera o defensor Ademilson Navarrete Linhares, que propôs a ação.

A decisão beneficia uma paciente de Poxoréu, que faz tratamento contra hipertensão arterial pulmonar, necessitando do medicamento Tracleer (Bosentana), tendo um custo mensal de R\$ 33 mil. Como a paciente recebe apenas um salário mínimo, teve de recorrer à Justiça para garantir o recebimento do remédio.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/justica-bloqueia-r-33-mil-de-estado-para-compra-de-remedios>

Saúde | 29/04/2011 - 14:28

## Henry vence "briga" e lança 2º edital para contratação de OSS

Sissy Cambuim

Parece que os profissionais da Saúde que são contra o modelo de gestão proposto pelo secretário Pedro Henry vão ter que “engolir” a medida. Após uma série de discussões, ele vem conseguindo dar seguimento a seu projeto sem empecilhos. Nesta quarta (27) assinou o contrato com o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde (Ipas), que vai gerenciar e operacionalizar os serviços no Hospital Metropolitano de Várzea Grande e, no dia seguinte, publicou o edital de chamamento para que uma Organização Social de Saúde (OSS) assuma o Hospital Regional de Rondonópolis “Irmã Elza Giovanella”.



Desde que anunciou sua ideia, Henry tem sido alvo de críticas por parte de profissionais da área e outros parlamentares, mas o fato é que ninguém conseguiu frear o secretário. A Justiça chegou a barrar o primeiro edital para a contratação da OSS, mas ele conseguiu reverter a situação e abriu os envelopes, que credenciaram o Ipas uma semana depois.

Diante do descontentamento de parte da sociedade, a Assembleia convocou, em 17 de março, uma audiência pública em conjunto com as Câmaras de Cuiabá e Várzea Grande. O evento foi marcado por tumulto e ainda dividiu os Legislativos municipal e estadual. Os deputados, que não tiveram problemas para aprovar a lei que permitia a

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

implantação da proposta de Henry, foram duramente criticado pelos vereadores, que queriam ampliar o debate.

A audiência foi encerrada sem solução, inclusive, com a morte de um dos participantes, e foi remarcada. No entanto, na semana do novo evento, os deputados decidiram transformar o que seria uma audiência pública numa reunião a portas fechadas entre parlamentares e o representante de uma OSS que atua em São Paulo e Minas Gerais, deixando os profissionais do setor sem poder de voz para uma nova manifestação.

Assim, a secretaria de Estado de Saúde (SES) deve realizar, no próximo dia 20, a abertura dos envelopes das entidades interessadas na operacionalização dos serviços do Hospital Regional de Rondonópolis. O terceiro maior município do Estado é pólo da região Sul e enfrenta crise no setor. As OSS's interessadas em assumir esse desafio devem entregar os documentos na Central de Aquisições da SES até as 17hs de 19 de maio.

## Metropolitano

O contrato firmado com o Ipas tem valor global de cerca de R\$ 31,3 milhões mensais. A entidade deverá ser referência em cirurgias gerais, serviços de traumatologia e ortopedia e deve realizar cerca de 500 cirurgias por mês, incluindo atendimento ambulatorial, serviços de apoio diagnóstico terapêutico e atendimento de urgência e emergência.

O planejamento da SES é que nos próximos meses também passem a ser gerenciados e operacionalizados por OSS os hospitais regionais de Cáceres, Sorriso e Colíder, mas o modelo de gestão deve ser estendido a pelo menos 20 hospitais que poderão ser estadualizados.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/henry-vence-briga-e-lanca-2o-edital-para-contratacao-de-oss>

01/05/2011 - 08h46

## Contribuinte pagará dívidas trabalhistas de oscip acusada de desvios

Sérgio Roberto  
de Tangará da Serra e Redação 24 Horas News

O contribuinte de Tangará da Serra, no médio-norte de Mato Grosso, vai ter que arcar com R\$ 150 mil por mês para o pagamento de sentenças trabalhistas aos profissionais que mantiveram vínculo com o Instituto Idheas quando da vigência de parceria para gestão das unidades de saúde do município e do Samu. As primeiras parcelas foram pagas em fevereiro. A oscip foi acusado de participar de vários desvios de recursos

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

públicos. As indenizações, ao final, somarão R\$ 1.308.942,00, sendo um dos reflexos ao erário municipal provocado pelo episódio conhecido em Tangará da Serra como “Escândalo da Saúde”.

O valor mais alto entre as reclamatórias é de R\$ 80 mil, que está sendo pago em 10 parcelas. Neste caso específico, o alto valor é pago a uma funcionária que estava gestante quando seu contrato foi rescindido após o rompimento da parceria entre prefeitura e a oscip. Outros valores altos são de profissionais da área médica que recorreram à Justiça do Trabalho.

Segundo o advogado Kleiton Carvalho, assessor jurídico da prefeitura de Tangará da Serra, os acordos foram realizados para evitar prováveis condenações futuras à municipalidade e, neste caso, possível bloqueio de contas da prefeitura para assegurar o pagamento aos reclamantes.

O acordo, segundo Carvalho, foi a solução para evitar maiores perdas ao erário, já que a oscip Idheas não possui lastro para bancar as indenizações. Como consequência, o pagamento das reclamatórias fatalmente passaria a ser uma obrigação do município por ser ente solidário/subsidiário através do contrato de parceria.

As audiências promovidas pela Justiça do Trabalho envolvem, além da parte reclamante, as defesas do Idheas e do município. Pelo fato de uma das partes – o município - ser pessoa jurídica de direito público, não há situação de revelia nos julgamentos dos processos. VERBAS - As indenizações, cujos acordos foram mediados pela Justiça do Trabalho, foram aprovadas pela Câmara Municipal através do projeto de lei 224/2010. Com base no acordo, a prefeitura quita verbas rescisórias referentes ao 13º salário, férias e FGTS, mais multa por rescisão equivalente a um salário mínimo, conforme artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho. Para os profissionais que não seguiram atuando pelo município há, ainda, pagamento de aviso prévio.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?tipo=ler&mat=367350>

02/05/2011 - 14h37

## MPT destina recurso para o Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo

Redação 24 Horas News

O Ministério Público do Trabalho em MT destinou a importância de R\$ 126.000,00, para o Fundo de Erradicação do Trabalho Escravo – FETE, que existe desde 2009. Esse recurso será gerido pelo Conselho Estadual Gestor do FETE.

O valor é relativo a cobrança de uma multa por descumprimento de TAC – termo de ajustamento de conduta, e será repassado ao FETE em dezoito parcelas iguais e

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

sucessivas de R\$ 7.000,00, diretamente por uma empresa do ramo de supermercados de Cuiabá, a qual concordou com a destinação em um acordo administrativo e que foi homologado judicialmente, no mês de março deste ano.

O supermercado respondia a uma ação de execução, movida pelo MPT/MT, desde 2005 (AEX n. 00698.2005.004.23.00-6, 4ª Vara do Trabalho), por descumprir a legislação que normatiza o contrato de aprendizagem.

A procuradora do Trabalho, Thalma Rosa de Almeida foi quem promoveu a assinatura do acordo com a empresa. Segundo a procuradora, a empresa concordou em fazer a destinação para o FETE, apesar de não ter cometido nenhuma infração ligada ao trabalho escravo, por se tratar de um fundo estadual com atuação efetiva.

A empresa informou que já está cumprindo integralmente com as obrigações cobradas pelo MPT/MT.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=367464>

28/04/2011 - 08h30

## “Mal necessário”, Fiocruz cobra fiscalização sobre agrotóxicos perigosos em MT

Thais Tomie  
Redação 24 Horas News



Wanderley Pignati (d) e os riscos dos agrotóxicos

**Inseticida endossulfan, é um dos mais perigosos à saúde humana e que já foi abolido da União Européia há 40 anos**

O pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Josino Costa Moreira, foi taxativo ao afirmar, em Cuiabá, que o uso de agrotóxico nas lavouras em Mato Grosso – e de

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

resto, no país - “é um mal necessário”. E defendeu, com isso, fiscalização mais dura por parte das autoridades para evitar o alastramento de contaminação em seres humanos, como o caso de Lucas do Rio Verde, norte do Estado, onde foi constatada a presença do inseticida endossulfan no leite materno.

A pesquisa sobre os agrotóxicos, que está sendo desenvolvida no Estado, além do leite materno, também estão sendo estudados o sangue e urina de trabalhadores, ar, chuva, água e anfíbios. Esse trabalho, que em nível estadual é coordenada pelo professor Wanderlei Pignati, da UFMT, teve repercussão nacional e tem despertado polêmicas.

De acordo com o pesquisador, o objetivo da pesquisa é conhecer qual é a situação real do problema no momento e gerar dados para que soluções sejam adotadas. “Nós só conseguimos resolver os problemas a partir do conhecimento de sua dimensão. O estudo é um alerta para que o Ministério Público e autoridades adotem políticas que acompanhem a utilização dessas substâncias e para isso realizar campanhas de prevenção da contaminação de alimentos e do meio ambiente”, ressalta.

O pesquisador esclarece que não existe nenhum interesse da pesquisa contra o agronegócio, ou qualquer atividade econômica, mas é necessário aliar o crescimento produtivo e a questão do ambiente e saúde humana. “O agrotóxico é um mal necessário, então temos que caminhar para manter um limite menor possível entre a segurança e o seu uso. Não seria viável a sua eliminação, acho que seria muito difícil. Existe a cultura orgânica que trabalha sem o agrotóxico, mas no nível de agronegócio seria muito difícil de trabalhar o agrotóxico”- frisou.

Para Josino, as pessoas estão se preocupando demasiadamente com a situação e por isso muitas mães tomaram a atitude radical de não amamentar os filhos. “A reação popular foi muito grande, nós sabíamos que iria ter alguma reação, mas não o nível que teve. Tiveram muitas mães desesperadas que deixaram de amamentar os filhos, pois acreditaram estavam contaminando-os. Mas não é assim. Ela tem que se preocupar, mas não tanto quanto as pessoas estão valorizando”.

Ele também destacou que os agrotóxicos possuem várias substâncias e não apenas uma ou dez como a imprensa tem divulgado. Cada uma apresenta características próprias. A generalização do termo só traz diversas interpretações. “Alguns agrotóxicos são absorvidos pelo ar, pele, alimentos e são muito estáveis tanto organismo quanto no ambiente podendo ficar até trinta anos. “Uma via de eliminação é através do leite, e quando se fala em leite materno, que tem o aspecto psicológico da mãe com o filho, pode haver todo tipo de confusão”.

O fato de o agrotóxico ser prejudicial ou não é baseada em estudos em animais, e por isso não há evidências de que os níveis encontrados no leite materno possam trazer qualquer problema à saúde da mãe ou da criança. Desse modo, o pesquisador reforça

---

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

que as mães devem continuar amamentando. “Nós temos evidências de que parar de amamentar causa muito mais problemas do que não amamentar”- argumentou Josino.

Já o professor Wanderlei Pignati, ressalta que um dos agrotóxicos encontrados no leite materno, o inseticida endossulfan, é um dos mais perigosos à saúde humana e que já foi abolido da União Européia há 40 anos. No Brasil, só será vetado em julho de 2013. Pignati ainda informou que a quantidade de agrotóxico presente no leite materno não é regulada por legislação nacional e internacional porque não deveria existir esse tipo de contaminação. Diferente do leite de vaca que existe um limite de resíduo de agrotóxico.

Segundo o professor, o maior problema é a falta de vigilância sobre a qualidade dos alimentos no Estado. Ele explica que para exportação o nível de contaminação em outros países é muito mais rígido, enquanto os alimentos que são consumidos no estado têm pouca vigilância. “Quando fazemos estudos para ver o que está acontecendo tem que lançar mão de pesquisas porque não tem monitoramento regular do estado em relação a isso”- observa Pignati.

Questionado qual seria a solução para os problemas existentes, Josino diz que a prevenção é uma só. E o primeiro passo é a conscientização e fiscalização. Para ele, é preciso conscientizar as pessoas, tanto o trabalhador do campo, quanto o patrão e as autoridades. No caso, os governos devem acompanhar tudo o que está acontecendo nessa área, além de dar suporte técnico.

Josino Moreira é doutor em química pela Loughborough University. Ele coordena diversas pesquisas que investigam a contaminação por resíduos de agrotóxicos de vários compartimentos humanos e ambientais, tais como: leite materno, sangue e urina de trabalhadores, ar, chuva, água potável e anfíbios. Conforme nota do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) a pesquisa em questão fez parte de um projeto multicêntrico que envolve a UFMT, a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Em Lucas do Rio Verde a pesquisa realizada no leite materno foi feita pela mestranda em Saúde Coletiva da UFMT, Danielly Cristina de Andrade Palma.

<http://www.24horasnews.com.br/index.php?mat=367068>

## CIDADES

### [Deputado cobra falha no controle de medicamentos](#)

TWEET

DETALHES

PUBLICADO EM SATURDAY, 30 APRIL 2011 15:04

REPORTAGEM DE ADRIANA NASCIMENTO

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA  
CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT  
Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342  
E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social



Enquanto faltam remédios nos postos de saúde, policlínicas, pronto socorros, e hospitais do Mato Grosso, vinte toneladas de medicamentos vencidos estão no almoxarifado da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado de Saúde (SES) e serão encaminhados a Minas Gerais para incineração.

O deputado estadual Emanuel Pinheiro (PR), da tribuna, reclamou do descaso. “É inadmissível ver toneladas de medicamentos vencidos, sendo queimados, enquanto a população padece com a falta de remédios. Isso é vergonhoso”, discursou o parlamentar.

Emanuel requereu ao secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry, dados que poderão ajudar a identificar as causas do desperdício causado à população e ao erário público. Foi requerido à SES o valor total e por lote dos medicamentos, com prazos de validade dos que serão incinerados; quantidade de medicamentos; data da licitação para aquisição destes medicamentos; data de entrega e outras informações pertinentes.

“Através destes dados poderemos identificar as causas ou causadores do desperdício, que foi um desrespeito com a população. Nosso objetivo é criar mecanismos que resolvam o problema da sociedade, apresentando sugestões na criação de políticas públicas que evite jogar fora o dinheiro público”, salientou Pinheiro.

<http://www.circuitomt.com.br/noticias/cidades/878-deputado-cobra-falha-no-controle-de-medicamentos.html>

## CIDADES

### [PSFs de Sorriso recebem 21 cadeiras de roda](#)

PUBLICADO EM WEDNESDAY, 27 APRIL 2011 15:17

REPORTAGEM DE FRANCISCO

Os pacientes que procuram atendimento nos Postos de Saúde da Família (PSFs) da cidade de Sorriso (418 Km de Cuiabá) e têm dificuldade de locomoção terão à disposição cadeiras de rodas a partir desta quarta (27). A prefeitura, através da Secretaria de Saúde, entrega 21 cadeiras para equipar as unidades. De acordo com o secretário da pasta, Ednilson de Oliveira (PMDB), a maioria dos postos não possui o equipamento. “São equipamentos que vão suprir uma necessidade muito comum nos

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

PSFs, daqueles pacientes que chegam e não podem andar”, observou o gestor. As cadeiras foram adquiridas com recursos próprios da prefeitura.

As PSFs em Sorriso, como em todo Brasil, são estratégias de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade.

<http://www.circuitomt.com.br/noticias/cidades/808-psfs-de-sorriso-recebem-21-cadeiras-de-roda.html>

Sábado, 30 de abril de 2011, 14h08

SAÚDE

## Aparelhos e implantes dentários serão fornecidos pelo SUS

Da Redação

O Ministério da Saúde informou nesta sexta (29), que o Sistema Único de Saúde (SUS), passará a fornecer aparelhos ortodônticos e implantes dentários. Eles serão oferecidos pelo Programa Brasil Sorridente e o benefício foi anunciado durante durante a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite.

De acordo o ministério, a oferta dependerá da organização das secretarias estaduais e municipais de Saúde, que ficam responsáveis pela oferta dos serviços e expansão da iniciativa na região. A ortodontia faz a correção, por meio de aparelhos bucais, do posicionamento dos dentes e da mordida, evitando problemas com dores e desconforto. Já o implante dentário visa à substituição de dentes perdidos. O implante pode substituir um único dente, ou mesmo toda a arcada dentária.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (SB Brasil 2010), 35% da população brasileira possui alguma disfunção que necessita de tratamento ortodôntico. Em 2010, o Programa Brasil Sorridente investiu R\$ 710 milhões em ações de saúde bucal. A previsão de investimento total para 2011 é de um acréscimo de R\$ 134 milhões. *(Com Assessoria)*

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/273069>

Sexta, 29 de abril de 2011, 10h18

---

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA  
CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT  
Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342  
E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

REGIONAL

## SES vai contratar profissionais para interior

Da Redação

A Secretaria de Estado de Saúde (SES) abriu processo seletivo para o Hospital Regional de Colíder. Serão contratados 3 farmacêuticos, 2 fisioterapeuta, 17 médicos, 1 nutricionista, 2 odontólogos, 1 psicólogo, 15 técnicos em enfermagem, 4 técnicos em análises clínicas, 4 técnicos em radiologia, 1 técnico em segurança do trabalho. Os salários variam de R\$ 1.151,18 a R\$ 3.683,79.

Confira o cronograma do concurso:

Inscrição/Entrega de Curriculum - 29/04 a 04/05/2011

Publicação da Homologação das Inscrições - 09/05/2011

Prova Objetiva - 15/05/2011

Análise Curricular - 16 e 17/05/2011

Divulgação dos candidatos habilitados para a entrevista - 19/05/2011

Entrevista - 23 a 24/05/2011

Publicação do Resultado - 27/05/2011

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/272934>

Cidades

Sexta, 29 de abril de 2011, 03h00

MEDICAMENTOS

## Henry confirma falta de controle

[Caroline Rodrigues](#) / Da Redação

Falhas nos procedimentos de aquisição, controle e distribuição de medicamentos foram apontados em um relatório preliminar da auditoria da Secretaria de Estado de Saúde (SES). O setor está investigando os motivos que levaram o órgão a perder 21 mil quilos

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

de remédios, que estavam vencidos no estoque. O secretário Pedro Henry não descarta a possibilidade de abertura de processo judicial contra servidores.

Henry explica que ainda não tem detalhes, mas já identificou vários erros no sistema. Ele diz que não há controle da data de vencimento e nenhum procedimento como a troca de produtos e remanejamento para unidades municipais foram tomados pela SES.

Produtos ficam retidos no almoxarifado e não há ações ou estratégias para evitar o desperdício.

Na opinião do secretário, falta comunicação entre os setores para evitar problemas semelhantes. Um dos pontos deficientes é a falta de informações sobre os pacientes, que conseguem medicamentos por meio de liminar.

Ele relata que existem remédios caríssimos que vencem porque o paciente morreu ou deixou de fazer o tratamento. O material fica no estoque e o usuário não é procurado para saber o motivo da ausência no dia de entrega.

Assim, quando a SES percebe, o produto está no estoque e não foi remanejado para outras pessoas com a mesma doença.

O valor total do prejuízo e o tipo de remédio que foi descartado ainda não foram relacionados pela auditoria. O caso é acompanhado pelo Ministério Público Estadual (MPE), que abriu um inquérito, com objetivo de identificar onde houve o problema e exigir ações para evitar nova perda. O responsável pela ação, promotor Alexandre Guedes, acredita que é inadmissível jogar fora medicamentos, enquanto a falta na Farmácia Estadual de Alto Custo.

Todo o material, inadequado para o uso, será incinerado em Minas Gerais, onde há empresas autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para fazer o serviço.

A secretaria precisa fazer licitação para o descarte e o transporte do produto.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/272907>

Cidades

Sexta, 29 de abril de 2011, 03h00

METROPOLITANO

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

## OSS vai receber 180% a mais que tabela SUS

[Caroline Rodrigues](#) / Da Redação

O Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas) vai receber 180% a mais do que é pago na tabela de procedimento do Sistema Único de Saúde (SUS) durante a gestão do Hospital Metropolitano de Várzea Grande. O contrato foi assinado com a Secretaria de Estado de Saúde (SES) e tem vigência de 1 ano. O valor do serviço foi firmado em R\$ 31 milhões por ano, sendo que R\$ 6 milhões são para compra de equipamentos. O secretário da SES, Pedro Henry, informou que o montante é 2,8 vezes a tabela do SUS e o Ipas deverá realizar 500 cirurgias por mês.

No estabelecimento, que tem 90 dias para começar a funcionar, serão feitas por mês 77 cirurgias ortopédicas de média complexidade, 144 cirurgias gerais e 250 de hospital dia, ou seja, sem necessidade de internação.

Entre as melhorias propostas pelo Ipas para o atendimento está a informatização do sistema, que vai permitir aos gestores o acompanhamento dos procedimentos em tempo real. Quando a meta de atendimento não for atendida, Henry garante que haverá um novo cálculo do valor pactuado.

Parte dos profissionais serão contratados pela OSS e outra parte virá do quadro de servidores da SES. O secretário diz que será aberto o chamamento para profissionais que tiverem interesse em atuar no hospital. Quem se encaixar na demanda da OSS, terá o salário abatido no valor do contrato.

**Dúvidas** - O vereador de Cuiabá, Lúdio Cabral, diz que o valor do contrato é surpreendente porque representa um custo mensal de R\$ 2,08 milhões para o trabalho em 61 leitos. Ele afirma que o Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM), por exemplo, tem 160 leitos e recebe R\$ 800 mil mensais pelos procedimentos realizados.

O vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde, Carlos Alberto Eliert, acredita que é preciso torcer para dar certo as OSS. Ele alega que em outros estados, a demanda de cirurgias diminuiu depois de 3 anos e as unidades deixaram de ter interesse para a gestão.

**Mais OSS** - A abertura de um novo chamamento público foi assinado ontem. Desta vez, o hospital em questão é o Regional de Rondonópolis. A expectativa da SES é que mais de 24 hospitais passem pelo mesmo processo.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

Conforme a programação, no dia 19 de maio as propostas das OSS interessadas serão recebidas. No dia seguinte, haverá a abertura dos envelopes na Escola de Saúde Pública, localizada no Coxipó.

O presidente do Conselho Administrativo da Ipas, Edimilson Paranhos e Magalhães Filho, declarou que a princípio não há interesse da instituição em participar da concorrência. Ele afirma que todos os esforços estarão destinados à instalação dos equipamentos e demais ações que permitam o funcionamento do Hospital Metropolitano de Várzea Grande, que estará pronto para atender em 90 dias.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/272904>

Cidades

Quinta, 28 de abril de 2011, 09h39

HOSPITAL SINOP

## OS que vai gerir hospital de Sinop será definida

Evelyn Ribeiro/Da Redação

Os procedimentos necessários para a escolha da Organização Social de Saúde (OSS) que vai gerir o Hospital Municipal de Sinop (500 Km ao norte de Cuiabá), serão iniciados ainda nesta semana pela Secretaria Estadual de Saúde (SES). A obra no Hospital começou em 2003 e foi finalizada em 2008, mas ainda não está apto para funcionamento.

Uma determinação judicial solicitando o funcionamento do Hospital de Sinop foi emitida em fevereiro deste ano pelo Ministério Público Estadual (MPE). O projeto inicial aponta uma estrutura com alas de internações, consultas, centro cirúrgicos e leitos de UTIs neo natal, adulto e infantil.

De acordo com a prefeitura do município, o projeto que transfere o hospital para o Estado foi aprovado pela Câmara de Vereadores, assinado pelo Secretário Estadual de Saúde, Pedro Henry, e toda a documentação já foi encaminhada.

O próximo passo será apresentação dos contratos de gestão e avaliação das organizações de saúde. Segundo o secretário Pedro Henry, a intenção do Estado é preparar um chamamento público não somente para resolver a questão de Sinop, mas de Rondonópolis, Hospital Metropolitano e Adauto Botelho. A Organização Social irá

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

gerenciar o processo, contudo os equipamentos que serão usados na unidade serão de propriedade do Estado.

Após o lançamento do edital serão anunciados os prazos processuais de habilitação e recurso. A questão de investimentos em contratações, adaptações, recursos e prazos ainda serão definidos pela SES.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/272544>

## Conselho Nacional de Justiça se assusta com o número de ações judiciais contra o SUS.

Mais de 240 mil processos relativos à área de saúde tramitam na Justiça.

Brasília – Problemas no atendimento em hospitais públicos, reclamações contra planos de saúde e falta de acesso a remédios e a procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) são problemas conhecidos dos brasileiros. E as reclamações não ficam só no boca a boca. Levantamento recente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) descobriu que há mais de 240 mil processos relativos à área de saúde tramitando em todo o país.

O levantamento começou a ser feito no meio do ano passado e ainda falta computar os dados de três tribunais. Até agora, o estado onde há mais ações é o Rio Grande do Sul: 113 mil. O número é mais que o dobro do segundo colocado, São Paulo, que tem 44.690 ações. O Rio de Janeiro é o terceiro colocado, com 25.234 ações.

“A grande quantidade de processos do Rio Grande do Sul não quer dizer que o estado tem mais problemas que os outros na área de saúde. Outra explicação mais razoável é que os gaúchos acionam mais a Justiça que [os cidadãos] nos outros estados. Lá, há um número grande de inconformismo em relação às decisões da primeira instância e eles discutem questões com afinco e até o fim”, afirma o conselheiro Marcelo Nobre, coordenador do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, instância que acompanha e monitora os dados relativos a esses processos nos tribunais.

O levantamento do conselho será importante ferramenta na discussão que haverá em junho sobre as políticas públicas na área da saúde e os processos judiciais relativos ao tema. No mês que vem, o fórum promove encontro que terá a participação de representantes do Ministério da Saúde, de juristas, especialistas do setor e operadores de direito. Serão firmadas parcerias com a Advocacia-Geral da União (AGU), secretarias estaduais de saúde e instituições de pesquisa. Espera-se, com as discussões, contribuir para a resolução dos conflitos judiciais que têm nas questões de saúde seu tema principal.

Segundo Nobre, outra proposta é criar um banco de dados para ajudar a subsidiar

---

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

decisões na área da saúde. “Quando a pessoa afirma que vai morrer se não tiver um remédio, a primeira reação do juiz é liberá-lo. Com o banco de dados, queremos dar informações técnicas sobre a necessidade real do remédio para deixar os juízes mais confortáveis para decidirem”. O banco de dados também deve informar os medicamentos proibidos pelas autoridades brasileiras.

O conselheiro ainda informa que o governo tem se mostrado preocupado em reduzir as demandas judiciais envolvendo a saúde pública. “O Ministério da Saúde e a AGU têm sido grandes parceiros nas questões que temos levantado no fórum”.

Débora Zampier

Repórter da Agência Brasil

**Comentários LEGISUS:** Infelizmente só agora o judiciário acorda para os absurdos que vêm ocorrendo com as demandas das ações judiciais, e para piorar, o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde não vêm dando o apoio técnico, a que estariam obrigados pela lei federal 8.080 em seus artigos 16 e 17, aos Municípios. Em alguns Estados, a exemplo do Rio, existe um direcionamento na tentativa de resolver a questão no âmbito da região metropolitana do Município do Rio de Janeiro, mas quando se trata do interior ainda é grande o descaso.

Segundo o advogado Gilberto Fonte Boa da Silva, especialista em direito sanitário, no Estado do Rio de Janeiro existe muita discussão na área dos mandados judiciais, mas com poucos efeitos práticos, citando como exemplo a omissão da SESDEC em prestar contas de seus gastos com medicamentos aos gestores municipais através da Comissão Intergestores Bipartite ou do apoio técnico nas licitações municipais ou no ressarcimento aos Municípios dos gastos que estes vêm tendo quando são demandados em conjunto nas ações judiciais, e que suportam sozinho o cumprimento imediato das determinações judiciais, sem conseguir sucesso no ressarcimento administrativo buscado a seguir; lembrando que um ou outro município, depois de muita insistência consegue alguma coisa.

Fonte Boa lembra também do absurdo de que as defensorias públicas, além de serem remuneradas pelos Estados, também recebam pelos honorários sucumbênciais (aqueles que o perdedor das ações deve pagar aos vencedores), uma vez que a lei que rege o órgão (Lei Complementar 80), em seu artigo 46, inciso III, proíbe que os defensores recebam honorários advocatícios, o que vêm acontecendo através de órgãos criados para atuar prioritariamente no interesse, como o CEJUR no Estado do Rio de Janeiro, e que acabam por beneficiar estes profissionais. Esclarece que nada tem contra tais profissionais, via de regra altamente qualificados, mas lamenta que o Ministério da Saúde ou o órgão de representação dos Municípios no âmbito nacional tenham se articulado com os tribunais de Brasília, para rever este absurdo.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

O profissional vê com bons olhos este novo desafio do judiciário, de evitar que o Sistema Único de Saúde, único modelo de integralidade no mundo, venha a cair na falência.

Fonte: Agência Brasil, 01/05/2011 e LEGISUS.

[http://www.legisus.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=616:conselho-nacional-de-justica-se-assusta-com-o-numero-de-aco-es-judiciais-contr-a-sus&catid=47:janeiro&Itemid=37](http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=616:conselho-nacional-de-justica-se-assusta-com-o-numero-de-aco-es-judiciais-contr-a-sus&catid=47:janeiro&Itemid=37)

## [A execução das contratualizações dos filantrópicos tem que ser acompanhada permanentemente.](#)

O Tribunal de Contas da União vem, reiteradamente, cobrando aos gestores do SUS que acompanhem e fiscalizem a execução dos Planos Operativos Anuais celebrados com as entidades filantrópicas nas contratualizações do SUS.

Ainda que a Portaria 1.034/Gabinete do Ministro da Saúde/2010, em seu artigo 7º, pouco se refira à questão, o Tribunal de Contas da União em suas decisões, a exemplo do “puxão de orelha” dado na gestão da saúde do Município de Mossoró-RN, que terá que se explicar em relação a este e muitos outros fatos praticados na não observância das regras do SUS, lembra que a fiscalização de tais instrumentos têm amparo no artigo 67 da lei 8.666/93, que determina que tais contratos tenham administradores especialmente designados para acompanhá-los, permitindo inclusive a terceirização para dar consultoria à fiscalização.

Lembramos mais, os membros das comissões de fiscalização têm que se reunir, e documentar suas discussões, consolidadas através de atas, efetuando as demandas e comunicações indispensáveis à plena execução de seus mandatos, sob pena de serem demandados no futuro pelas omissões em seus deveres.

Fonte: LEGISUS, 02/05/2011.

[http://www.legisus.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=613:a-execucao-das-contratualizacoes-dos-filantronicos-tem-que-ser-acompanhada-permanentemente&catid=47:janeiro&Itemid=37](http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=613:a-execucao-das-contratualizacoes-dos-filantronicos-tem-que-ser-acompanhada-permanentemente&catid=47:janeiro&Itemid=37)

## [TCU desconhece a legislação do SUS e se manifesta contrariamente aos credenciamentos na área de saúde.](#)

É com surpresa que tomamos conhecimento de recente decisão do Tribunal de Contas da União que, apreciando as contratações de serviços de saúde realizadas pelo Município fluminense de Campos dos Goytacazes, recomendou que é irregular a contratação mediante o credenciamento ou chamamento, com base em uma tabela de procedimentos previamente fixada pelo gestor da saúde.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

A decisão, que certamente será objeto de recurso, é contrária às próprias normas citadas por aquele Tribunal, uma vez que se reporta, em sua decisão à Portaria/Gabinete do Ministro da Saúde número 1.034/2010, quando este ato normativo orienta para que as contratações se embasem no “Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde no SUS”, disponível no endereço eletrônico do Ministério da Saúde (<http://www.saude.gov.br/sas>), e que permite tal modalidade de contratação.

E, se o Município não recorre, e deixa passar em “brancas nuvens” tal absurdo, acabará por ser multado em uma segunda fiscalização, já que a decisão fora apenas uma recomendação e não uma determinação.

Eh TCU hem!!! Logo você que deveria orientar...

[http://www.legisus.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=614:tcu-desconhece-a-legislacao-do-sus-e-se-manifesta-contrariamente-aos-credenciamentos-na-area-de-saude&catid=47:janeiro&Itemid=37](http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=614:tcu-desconhece-a-legislacao-do-sus-e-se-manifesta-contrariamente-aos-credenciamentos-na-area-de-saude&catid=47:janeiro&Itemid=37)

Segunda, 02 de maio de 2011, 11h15

## 1ª Semana pelo uso de medicamentos acontece em Cuiabá

Da Redação

De 2 a 7 de maio, acontece a 1ª Semana pelo Uso Racional de Medicamentos da Faculdade de Farmácia da UNIC Beira Rio. O evento terá abertura nesta segunda-feira (02), às 19h, no auditório do estacionamento. O tema escolhido para esta campanha é “A resistência ao Antimicrobiano”, o mesmo nome escolhido pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Segundo a diretora do curso, Angela Márcia Beserra, a campanha tem como objetivo construir a interação dos estudantes de farmácia com a comunidade, esclarecendo-a acerca do uso correto dos medicamentos e sobre a profissão farmacêutica e suas atribuições.

“A 1ª Semana pelo Uso Racional de Medicamentos pretende despertar a consciência sobre os fatores que contribuem para a resistência aos antimicrobianos, construir o compromisso para encontrar soluções comuns através das doenças, e impulsionar questões sobre as políticas e práticas que possam prevenir e conter a resistência aos antimicrobianos”, informa Angela. (Com Assessoria )

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/273256>

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: [sgces@ses.mt.gov.br](mailto:sgces@ses.mt.gov.br) [imprensaces@ses.mt.gov.br](mailto:imprensaces@ses.mt.gov.br)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

## [Ministério da Saúde minimiza as exigências do TAS.](#)

Recente Portaria do Ministério da Saúde (clique aqui e leia) flexibilizou várias exigências inócuas para por fim às demandas federais na aplicação irregular dos recursos transferidos fundo a fundo aos Municípios e Estados.

Dentre as inovações, podemos citar:

I. As falhas detectadas na aplicação de recursos transferidos fundo a fundo, passíveis de serem objeto de TAS, deixam de ser somente aquelas detectadas pelo SNA, podendo também ser acolhidas aquelas efetuadas por outros órgãos de controle, especialmente os fundos estaduais de saúde.

II. Permite ao gestor recolher com recursos próprios ao fundo de saúde respectivo quando o ente respectivo, por alguma forma, não puder/quiser efetuar a alocação do recurso no plano de trabalho traçado.

III. Insere dispositivos que retiram das CIB's o poder de acompanhar a execução do ajuste celebrado, sem retirar tal poder do controle social, através dos Conselhos de Saúde.

IV. Reforça a importância da publicação resumida do instrumento, transferindo esta responsabilidade para o governo federal.

V. Fixa em 15(quinze) dias o prazo para a manifestação dos gestores em efetuar o TAS nas irregularidades detectadas, contados das datas de notificação do diretor executivo do FNS ou autoridade competente do respectivo Fundo Estadual de Saúde.

Das mudanças apresentadas, cumpre-nos ainda efetuar as seguintes ponderações:

As regulamentações dos ajustes em relação à aplicação dos recursos transferidos fundo a fundo ainda precisam de algumas inovações, principalmente em relação a grande ingerência do governo federal em relação aos recursos da atenção básica, na medida em que eles pertencem aos Municípios e não ao governo federal. Ninguém melhor do que o próprio Município, através do controle social, para repactuar os deslizes.

Em se tratando de falhas, portanto passíveis de correção antes de, por exemplo, se propor uma ação por improbidade pela aplicação irregular dos recursos, as normas não permitem qualquer tipo de defesa aos ex-gestores da saúde que quiserem se manifestar, principalmente naqueles casos em que existe uma radical mudança na gestão política do Município.

Certamente que estas questões serão objeto de revisão por parte do Ministério da Saúde.

Fonte: LEGISUS, 02/05/2011.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

# Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT  
Participação e Controle Social

[http://www.legisus.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=615:ministerio-da-saude-minimiza-as-exigencias-do-tas&catid=47:janeiro&Itemid=37](http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=615:ministerio-da-saude-minimiza-as-exigencias-do-tas&catid=47:janeiro&Itemid=37)

## [Contagem regressiva para a apresentação do Relatório de Gestão de 2010.](#)

Lembramos aos gestores da saúde que o prazo para o encaminhamento para as Comissões Intergestores Bipartites das resoluções dos respectivos conselhos de saúde aprovando os relatórios de gestão é 31 de maio.

O prazo, fluxo e conteúdo desta ferramenta de gestão são regulados pela Portaria do Gabinete do Ministro da Saúde número 3.176/2008.

E, para aqueles que vêm tendo algum tipo de dificuldades, quer seja de ordem interna pelo atraso de seus funcionários ou do próprio conselho nas apreciações, não deixem de historiar o fato através de documentos respectivos de cobrança, a fim de que, se exonerados antes do término do documento, possam se defender ante uma eventual demanda futura dos órgãos de controle interno, tribunais de contas e ministério público.

Fonte: LEGISUS, 02/05/2011.

[http://www.legisus.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=612:contagem-regressiva-para-a-apresentacao-do-relatorio-de-gestao-de-2010&catid=47:janeiro&Itemid=37](http://www.legisus.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=612:contagem-regressiva-para-a-apresentacao-do-relatorio-de-gestao-de-2010&catid=47:janeiro&Itemid=37)